



RÁDIO MEC: 100 ANOS DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA NO BRASIL

Akemi Nitahara¹

RESUMO: O artigo traz parte da pesquisa sobre a institucionalização da comunicação pública no Brasil, feita em mestrado na Escola de Comunicação da UFRJ, que apresentou os principais marcos legais e históricos dos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por meio de pesquisa bibliográfica e legislativa. Destacamos neste artigo a trajetória da Rádio MEC, fundada em 1923 como Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Foram utilizados os fundamentos da comunicação pública, da economia política da comunicação e da cartografia nas comunicações. Ao longo dos anos, depois de ser doada ao governo brasileiro, a emissora alavancou o setor de radiodifusão educativa no país e foi ameaçada de ser fechada nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: *EBC. Rádio MEC. Comunicação Pública. 100 anos de rádio.*

ABSTRACT: This article presents part of the research on the path of institutionalization of public communication in Brazil, carried out during the master's degree at the UFRJ School of Communication, which raised the main legal and historical landmarks of the vehicles and agencies of Empresa Brasil de Comunicação (EBC). In this article, we highlight the milestones related to Rádio MEC, an EBC station that descended from the Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, founded in 1923 as a project of the Brazilian Academy of Sciences. Over the years, after being donated to the Brazilian government, the station led the educational broadcasting sector in the country and has been threatened with closure in recent years.

KEYWORDS: *EBC. Rádio MEC. Public Communication. 100 years of radio.*

¹ Doutoranda em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF), mestrado profissional em Mídias Criativas pela ECO/UFRJ, jornalista da Empresa Brasil de Comunicação, formada pela Universidade de Brasília. E-mail: anitahara@id.uff.br.

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 14 - Volume 02 - Edição 28 - Julho-Dezembro de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

Introdução

Este artigo tem base na dissertação “As Origens da EBC - Mapa Interativo Histórico da Empresa Brasil de Comunicação: 1923 a 2019”, que resultou em um site interativo realizado para a conclusão do curso de mestrado profissional em Mídias Criativas da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em dezembro de 2019². A partir do registro digital do histórico das origens da EBC, pretende-se delinear aspectos indicativos da implementação da comunicação pública no Brasil. Destacaremos no presente recorte os marcos referentes à Rádio MEC, com atualização dos acontecimentos até o marco dos 100 anos da emissora, em abril de 2023.

A EBC é responsável pelos veículos públicos TV Brasil, Rádio Nacional (AM do Rio de Janeiro, AM e FM de Brasília, Ondas Curtas da Amazônia e AM e FM do Alto Solimões), Rádio MEC (AM e FM do Rio de Janeiro e AM de Brasília), e pelas agências de notícias on-line Agência Brasil e Radioagência Nacional. Em 2021, a Rádio Nacional passou a ser transmitida também em FM no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife, além da MEC FM em Brasília, com a inauguração da faixa estendida nessas cidades. Em 2022, chegou a São Luís. A EBC também é responsável pelos serviços governamentais TV NBR, desde 2019 com o nome de TV BrasilGov, pelo programa de rádio de transmissão obrigatória A Voz do Brasil e pela Rede Nacional de Rádio.

De acordo com a EBC³, a Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 kHz) é focada na difusão da cultura brasileira e “contempla toda a diversidade da música brasileira, de gêneros como o choro, a música regional, a música instrumental e de concerto”, além de ter “programas dedicados à literatura, cinema, dramaturgia e às artes como um todo”, sendo a primeira emissora radiofônica do Brasil, informação que iremos contextualizar. Já a Rádio MEC FM (Rio de Janeiro 99,3 MHz e Brasília 87,1 MHz) se dedica quase totalmente à música de concerto, mas inclui programas de jazz, choro e música

² O site pode ser consultado em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/mapa-interativo-historico-da-ebc/> (acesso em 18/05/2023)

³ Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/mecamrio> (acesso em 21/05/2023)

instrumental. A emissora interage com o seu público e leva a música clássica para pontos de grande movimento, em transmissões externas.

A pesquisa foi norteada pelos *Indicadores de qualidade nas emissoras públicas* da Unesco (Bucci, Chiaretti e Fiorini, 2012), que definem os objetivos da comunicação pública, tais como a oferta de elementos que atendam às circunstâncias sociais específicas, propiciando “gestão transparente e uma programação cuja qualidade possa ser mensurável segundo os padrões valorizados pela comunidade a que ela se destina” (Bucci *et al*, 2012: 12).

Outra referência é o modelo da BBC de Londres, descrito por Mendel (2011) como parâmetro mundial em qualidade na comunicação pública.

Os propósitos públicos devem apoiar a cidadania e a sociedade civil, promover a educação e o aprendizado, estimular a criatividade e a excelência cultural, representar o Reino Unido e levá-lo ao mundo e o mundo até ele. (Mendel, 2011: 83)

Há características, no entanto, que distinguem os projetos por distintas necessidades e objetivos. A comunicação pública nasce nas democracias tardias, como o Brasil, como um contraponto à comunicação governamental e à mídia comercial, para complementar seus conteúdos e discursos (Bucci *et al*, 2012: 9). Como apontado por Valente (2009: 13), a EBC foi criada na condição de “complementaridade marginal” aos conteúdos ofertados pela comunicação comercial.

Considerando a disputa de poder envolvida no meio midiático, o trabalho utiliza a economia política da comunicação (EPC) (Mosco, 2009) para analisar o sistema público, levando em conta relações sociais e contradições do capitalismo em cada época histórica abordada na pesquisa.

A abordagem também traz à tona os conceitos de mudança social, processos sociais e relações sociais, mesmo que isso signifique reavaliar a ênfase que a economia política tradicionalmente coloca em instituições sociais, como empresas de mídia, ou em ver a classe social como uma categoria e não, como sugere essa abordagem, como um relacionamento social (Mosco, 2009: 1, tradução nossa).

A cartografia nas ciências sociais (Martín-Barbero, 2002) foi a base para o mapeamento histórico, utilizando aqui o sentido figurado de mapa. Segundo Martín-Barbero, o método serve para construir imagens das relações e dos labirintos, não apenas delimitar fronteiras, como uma representação simplificada do real. Permite uma estratégia útil para organizar, disponibilizar e analisar informações, além de mediar as relações comunicativas.

Martín-Barbero (2002: 17 e 18) juntou aos conceitos tradicionais de mediação, aspectos de socialidade, institucionalidade, tecnicidade e ritualidade no mapeamento das mediações comunicativas, levando um olhar antropológico para a identificação de novas relações sociais, culturais e políticas. A inclusão destes elementos enriquece as possibilidades de análise da história da comunicação pública na realidade brasileira, imbricada em seu contexto histórico elitista, de pouca participação política, mas de grande riqueza cultural.

A pesquisa envolveu levantamento bibliográfico, legislativo e de acervos online, para organizar os marcos históricos e legais em uma linha do tempo (Apêndice 1).

Primórdios históricos

A EBC foi criada em outubro de 2007, mas a história dos veículos administrados por ela começa com a história da radiodifusão no Brasil. Alguns meses após a primeira transmissão oficial de rádio feita no país, no centenário da independência em 7 de setembro de 1922, no dia 20 de abril de 1923, Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize fundam a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, patrocinada pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), da qual ambos eram membros, que 13 anos mais tarde viria a ser a Rádio MEC. A fundação foi subscrita por 300 sócios-efetivos e a primeira transmissão ocorreu de forma clandestina no dia 1º de maio, um pronunciamento de Roquette-Pinto sobre a fundação da rádio, a partir da Praia Vermelha, feita com um transmissor montado por Morize (Castro *in* Milanez, 2007: 73).

No dia 11 de maio o ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, declarado na fundação presidente de honra da Rádio, revoga a lei que exigia uma

licença especial dos Correios para ter aparelho de rádio. No 19 de maio ocorre a inauguração solene, com a transmissão de um soneto de Roquette-Pinto lido por Edgar Sussekind de Mendonça, um conto infantil de Monteiro Lobato lido por Heloísa Alberto Torres e uma página de *Os Sertões* na voz de Francisco Venâncio Filho. Em 20 de agosto o presidente Arthur Bernardes autoriza as irradiações apenas com fins educativos e em 7 de setembro entra no ar oficialmente a Rádio Sociedade, funcionando no Pavilhão da Tchecoslováquia da Exposição Universal de 1922, na rua Santa Luzia, com o prefixo PRA-A. A programação era voltada para a educação em massa, como uma extensão da ABC (Castro *in* Milanez, 2007: 74 a 76).

Embora a Rádio Sociedade seja muitas vezes apontada como a primeira emissora do país e a transmissão feita no centenário da independência no Rio de Janeiro como a primeira experiência radiofônica, como relatado anteriormente pela própria EBC⁴, o XII Encontro Nacional de História da Mídia, da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), realizado em Natal em 2019, referendou o Rádio Clube de Pernambuco, fundado em 6 de abril de 1919, como o pioneiro da radiocultura no país, ainda na fase considerada como radiocuriosidade (Ferrareto, 2021). Em 2022, a EBC produziu o especial *Cem anos do rádio no Brasil* em que essa informação é atualizada⁵, embora mantenha na manchete e na data da publicação a informação que reforça o 7 de setembro de 1922 como o início do rádio no país. Porém, podemos considerar que a Rádio Sociedade foi a primeira rádio pública do Brasil.

A programação da Rádio Sociedade incluía música clássica, informativos, cursos – como os de inglês, francês, história do Brasil, literatura portuguesa, literatura francesa, radiotelegrafia e telegrafia – e palestras de divulgação científica. A rádio recebeu a visita do físico Albert Einstein em 1925 e transmitiu as palestras da cientista prêmio Nobel Marie Curie durante sua estada no Brasil, em 1926.

⁴ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/2012/09/primeira-transmissao-de-radio-no-brasil-completa-90-anos> (acesso em 21/05/2023)

⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-09/cem-anos-do-radio-no-brasil-confira-especial-sobre-o-veiculo> (acesso em 21/05/2023)

A inspiração era elitista (Azevedo *et al*, 2009: 42) e o novo meio foi visto como uma forma de “educar” a população, tendo em vista a alta taxa de analfabetismo no país (Pieranti, 2018: 120). Aqui vemos o conceito de estruturação da EPC (Mosco, 2009: 2), em que a relação social é criada com base na classe social. De um lado o cientista intelectual e de outro a massa trabalhadora analfabeta que precisa ser educada. Sintomaticamente, até hoje a Rádio MEC FM é um dos últimos refúgios para os ouvintes da música clássica no dial brasileiro.

Laurindo Leal Filho (*in* Carmona, 2003: 79) destaca que os objetivos defendidos por Roquette-Pinto eram os mesmos da BBC britânica, fundada na mesma época pelo engenheiro escocês John Reith.

Roquette-Pinto dizia que todos os lares espalhados pelo imenso território brasileiro receberiam conforto moral da ciência e da arte pelo rádio; na Inglaterra, John Reith afirmava que o objetivo do rádio era o de levar para dentro do maior número possível de lares tudo o que de melhor existia em cada parte do esforço e da realização humana (Leal Filho *in* Carmona, 2003: 79).

Segundo Leal Filho, ambas visões também destacavam que o rádio não era um negócio para “fazer dinheiro” (Idem: 80) e essas rádios conseguiram se manter por meio de licenças pagas pelos ouvintes.

A década de 1930 foi marcada pelo início da organização dos serviços de comunicação e inteligência do governo federal, bem como da regulação da radiodifusão, com o decreto nº 20.047/1931⁶. Em seu artigo 12, o decreto determina que “o serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional”. Porém, tal finalidade prevista legalmente não se pôs em prática na radiodifusão brasileira.

A máxima não foi alterada em leis subsequentes. A norma efetivamente propugna pelo caráter educativo e cultural mas, na prática, a estruturação do sistema foi fortemente moldada pela hegemonia do setor privado baseado em valores totalmente opostos. (Del Bianco *et al*, 2017: 14)

⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 21/05/2023)

Com a propagação de rádios comerciais no Brasil, em 1936 Roquette-Pinto doa a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde Pública, e a emissora passa a ter o nome de Rádio MEC. Segundo Azevedo *et al* (2009: 270), ele condicionou a transferência “à manutenção de seu caráter educativo” e à vinculação administrativa ao ministério, o que foi aceito pelo ministro Gustavo Capanema⁷. Zuculoto (2012: 28) localiza nesse momento a inauguração do sistema de rádio público do Brasil, identificado como radiodifusão educativa.

Del Bianco *et al* (2017) destacam que, sob a gestão governamental, a rádio se mantinha com as características que nortearam a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), pela Lei nº 378/1937⁸: idealista, desenvolvimentista, elitista e erudita, apesar de sofrer com o amadorismo técnico, com a cultura organizacional de funcionalismo público e com a concorrência inovativa das rádios comerciais.

O *slogan* adotado pela emissora pioneira (a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro): “Trabalhar pelos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil” é, em alguma medida, emblemático para a compreensão dessa dimensão desenvolvimentista que se observa na atuação do SRE. O governo brasileiro enxergou no rádio um instrumento capaz de auxiliar seu crescimento econômico – combatendo o analfabetismo, encurtando distâncias, criando uma identidade nacional, propagando ideologias – acompanhando, nesse sentido, uma tendência de outros países latino-americanos. (Del Bianco *et al*, 2017: 16)

Considerando que em 1937 foi criada também a Agência Nacional, responsável por divulgar os atos do governo, verifica-se com essas duas iniciativas a intenção dialética do governo em abarcar ambos os processos sociais em curso. Por um lado, exercer algum controle sobre quem pode veicular conteúdos e, por outro, ter seu próprio instrumento de divulgação. Uma tendência onipresencial que se estendeu aos dias atuais.

A intenção primaz com a qual surge o rádio educativo ganha, em pouco tempo, mais um desígnio: o desenvolvimentista, fomentado pelo Estado que, além da busca pela redução dos índices de

⁷ Disponível em: <http://www.fiocruz.br/radiosociedade/media/A03-3255.pdf> (acesso em 21/05/2023)

⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> (acesso em 21/05/2023)

analfabetismo, buscava, a partir da disseminação de uma programação radiofônica formativa/instrucional, científica e cultural, alcançar crescimento econômico, assim como o fortalecimento das próprias comunicações, o encurtamento das distâncias espacotemporais, a propagação de ideologias (como a da Ditadura Militar) e o reforço à construção de uma identidade nacional. (Del Bianco *et al*, 2017: 14 e 15)

Portanto, os fins educativos e a cobertura de todo o Brasil estavam presentes desde a primeira regulamentação. Também foi colocado no decreto nº 20.047/1931⁹ que os aparelhos receptores “poderiam ser usados sem objetivo comercial, mediante inscrição e pagamento de uma taxa anual” (Pieranti, 2018: 120), o que seria um embrião das *licence fee* que financiam diversos serviços de comunicação pública ao redor do mundo.

Ou seja, o rádio [no Brasil] nasceu, então, público: não era vinculado ao governo, nem a empresas privadas. Como meio público foi regulamentado, na década de 1930, já se prevendo fonte de financiamento compatível com emissoras públicas de outros países - a taxa paga pelos detentores de aparelhos receptores (ainda que o decreto não deixasse claro para que entidades deveria ser revertida a taxa). (Pieranti, 2018: 120)

Outra forma dessa taxa é mencionada na carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema para Roquete-Pinto. O texto fala de uma assembleia em que foi aprovado o aumento da mensalidade para sócios efetivos da Rádio Sociedade para dez mil reis.

Era de ouro do rádio

A década de 1940 viu o florescimento da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, inaugurada em 1936 pelo jornal A Noite e incorporada à União por meio do decreto-lei

⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 22/05/23)

nº 2.073/1940¹⁰, dentro da estratégia de fortalecimento dos instrumentos de difusão ideológica vinculados ao projeto do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Dessa forma, temos nas três décadas iniciais da radiodifusão do Brasil, após a década de 1920 mais experimental, a implantação do modelo comercial amplamente difundido e naturalizado no país até hoje. Nota-se que mesmo uma rádio pertencente ao poder público, a Nacional, contribuiu fortemente para a consolidação do modelo privado, apesar de ter tido alguns momentos de uso governamental, como no caso da campanha O Petróleo é Nosso, que culminou com a criação da Petrobras em 1953. Também encontramos finalidades da comunicação pública, com a inauguração da Rádio Nacional de Brasília em 1958, para ser o meio de comunicação dos trabalhadores que foram construir a nova capital.

Em meados da década de 1950, acentuou-se a migração de patrocinadores e verbas publicitárias do rádio para a televisão, no modelo industrial de comunicação de massa consolidado pelo rádio e adotado pela televisão no país (Jambeiro, 2002: 49), tema analisado pelos primeiros estudos da Economia Política da Comunicação (Mosco, 2009: 69). Nas décadas de 1950 e 1960, a Rádio MEC manteve a finalidade de divulgar a música de concerto e foi responsável por cerca de 3 mil gravações. A emissora abrigou conjuntos, quartetos, coro e criou, dentro do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), a Orquestra Sinfônica Nacional¹¹, hoje vinculada à Universidade Federal Fluminense (OSN/UFF), além da Orquestra Afro Brasileira. Na antiga sede da emissora, na Praça da República, região central do Rio de Janeiro, encontra-se o único estúdio sinfônico de rádio do país. Atualmente, encontra-se abandonado.

A emissora contou ainda com importantes nomes da literatura brasileira na década de 1960, no programa Quadrante (Thomé, 2013). A estreia ocorreu no dia 17 de abril de 1961 e durou até o Golpe Militar de 1964. O programa consistia em textos dos autores Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Fernando Sabino, Manoel

¹⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2073-8-marco-1940-412107-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 22/05/23)

¹¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49913-12-janeiro-1961-389257-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 22/05/23)

Bandeira, Paulo Mendes Campos, Rubem Braga e Dinah Silveira de Queiroz, os cronistas brasileiros mais importantes da época, interpretados pelo ator Paulo Autran. Quadrante era um quadro diário, com duração de cerca de 5 minutos, indo ao ar às 20h e reprisado no dia seguinte ao meio-dia.

TV Educativa

A década de 1960 teve importantes marcos na TV como instrumento de educação, que se cruzaram com a história da Rádio MEC. Segundo Valente (2009), tal agenda política não foi gratuita, tendo sido

(...) incentivada como um importante instrumento do Estado de resposta à demanda de massificação da educação frente às necessidades dos capitais nacionais e internacionais por mão-de-obra mais qualificada, ou minimamente instruída, no bojo do processo de industrialização do país (Valente, 2009: 55).

Dentro da instrumentalização do meio para uso segundo as diretrizes políticas do governo em consonância com o capital, em 1960 o decreto nº 49.259¹² institui a Campanha Nacional de Radiodifusão Educativa (CNRE), com os objetivos de “promover a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo” e “orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino” (artigo 2º), “a cargo do Serviço de Radiodifusão Educativa (S.R.E.) e diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Educação e Cultura” (artigo 1º).

Em 1962 a lei nº 4.117¹³ institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), que reitera a finalidade educativa e cultural do rádio e da TV, a ser acatada também pelas emissoras comerciais. Em 1967, o decreto-lei nº 236¹⁴ modifica o CBT

¹² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49259-17-novembro-1960-388683-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 22/05/23)

¹³ Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4117&ano=1962&ato=079o3Y61kMVRVT2e8> (acesso em 22/05/23)

¹⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm (acesso em 22/05/23)

instituindo a televisão educativa de caráter não-comercial. Com isso, Azevedo *et al.* (2009: 43) destacam que foi possível criar as emissoras estaduais e universitárias.

Segundo Pieranti (2018: 124), havia também uma política de reserva de canais para a televisão educativa, feita pelo órgão regulador da época, o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), criado com o CBT. Pieranti aponta que já havia na época um grupo de emissoras vinculadas ao governo federal, porém sem muita expressividade.

Na história da Rádio MEC, em 1967 é criada pela lei nº 5.198¹⁵ a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTV/MEC), com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica, que passa a administrar a emissora. A finalidade da entidade era “a produção, aquisição e distribuição de material audio-visual destinado à radiodifusão educativa” (Lei 5.198, 1967, artigo 3º).

A FCBTV/MEC ficou responsável pela produção de conteúdos educativos para diversas emissoras do país, inclusive comerciais, usados para cumprir a cota obrigatória de programação educativa na TV, conforme consta no decreto 236 (Pieranti, 2018: 123).

Os estúdios da Rádio MEC eram usados para a gravação de discos, totalizando oito mil até 1955, o que equivalia a uma média de 400 por ano. Além disso, havia as atividades de assistência técnica e de formação. Antes mesmo de operar uma estação, a FCBTVE capacitava profissionais para a TV educativa. Em 1969, foram mais de 150. (Pieranti, 2018: 126)

Vale destacar que a atuação do governo como produtor de conteúdo audiovisual educativo é mais antiga, data de 1936, com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) dentro do Ministério da Educação e Saúde. Segundo informações do Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira¹⁶, o INCE funcionou até 1966, produzindo filmes com o objetivo de “formação popular através da divulgação de conhecimentos técnicos e científicos, e à promoção de uma identidade nacional com assuntos históricos, culturais e artísticos”, alinhados à ideologia do Estado Novo.

¹⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5198-3-janeiro-1967-364680-publicacaooriginal-1-pl.html> (acesso em 22/05/23)

¹⁶ Disponível em: <http://www.bcc.org.br/colecoes/ince> (acesso em 22/05/2023)

Segundo Valente (2009: 63), a FCBTVE produziu, no ano de 1971, “360 aulas, 46 adaptações de filmes, 43 entrevistas, 404 ‘flashes de pedagogia social’, um curso de pintura e 54 programas de temática diversa”. O programa mais famoso produzido pela FCBTVE, premiado internacionalmente, foi o curso-série “João da Silva”, uma novela didática protagonizada pelo ator Nelson Xavier, produzida em 1973 e transmitida por canais comerciais como a TV Tupi e a TV Globo. O formato inovou ao fugir do padrão de aula filmada dos conteúdos educativos (Valente, 2009: 64).

Ao longo da década de 1970, o governo federal passou de produtor de conteúdo a operador de emissora. A outorga do Canal 2 no Rio de Janeiro para a FCBTVE foi dada em 1973, pelo Decreto nº 72.634¹⁷, e a TVE Rio de Janeiro fez os primeiros testes em 1975, com as teleaulas do curso João da Silva. A transmissão definitiva começou em 1977, com seis horas de programação diária.

Em 1969, o decreto nº 65.239¹⁸ cria a Estrutura Técnica e Administrativa para a elaboração do projeto de um Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, incluindo rádio, televisão e outros meios. Segundo Valente (2009: 62), resultou deste esforço a aprovação dos objetivos para as atividades de televisão educativa no Brasil:

(1) formação educacional; (2) recuperação educacional (suporte ao Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, recuperação do ensino primário para recém-alfabetizados e revisão primária e ginasial); e (3) veiculação de conteúdos “de interesse da comunidade”, também chamados de “pedagogia social”. Nesta tríade fica expressa a articulação entre a instrução e recuperação do tempo perdido no ensino formal com a difusão de conteúdos de legitimação do modelo empregado no país. (Valente, 2009: 62)

Uma das principais iniciativas nesse sentido foi o “Projeto Minerva”, curso supletivo via televisão e rádio produzido pela Rádio MEC, criado em 1970 e que durou vinte anos (Pieranti, 2018: 124). De outubro de 1970 a dezembro de 1971, os cursos do Projeto Minerva atingiram 270 mil alunos.

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72634.htm (acesso em 22/05/23)

¹⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65239-26-setembro-1969-406622-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 22/05/23)

A elaboração deste programa de educação formal ficava sob a responsabilidade de uma equipe de professores especializados, dentro da própria Rádio MEC. O Projeto Minerva incluía um sistema de acompanhamento e avaliação, aferindo certificados de conclusão aos aprovados nos cursos. (CPDOC /FGV)¹⁹

Radiobrás

Pieranti (2018: 126 e 127) destaca que em meados da década de 1970 havia dezenas de emissoras educativas vinculadas à União, aos estados, municípios ou universidades, mas sem coordenação entre elas. Em 15 de dezembro de 1975, a lei nº 6.301²⁰ cria a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), incorporando a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Fundação Rádio Mauá e a TV Rádio Nacional de Brasília. Vinculada ao Ministério das Comunicações, os objetivos da Radiobrás eram:

- I – Implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal;
- II – Implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;
- III – realizar difusão de programação educativa, produzida pelo órgão federal próprio, bem como produzir e difundir programação informativa e de recreação. (Lei nº 6.301, 1975, art. 1º, incisos I a III)

19

Para Valente (2009: 64), o objetivo do governo foi ampliar o projeto de radiodifusão, incluindo a produção de informações e regiões sem cobertura comercial. Pieranti (2018: 129) chama a atenção para a importância dessa capilaridade radiofônica. “Na prática, a Radiobrás tornou-se um receptáculo de emissoras pequenas, deficitárias, sem grandes projetos de programação e muito menos importantes que a imponente, porém fragilizada, Rádio Nacional” (Pieranti, 2018: 129). Nesse contexto, a Rádio MEC continuou vinculada à FCBTVE, não integrando a Radiobrás.

No início dos anos 1980, com a desmobilização do projeto educativo militar e a abertura política após a ditadura, Valente (2009: 69) destaca que as TVs educativas passam a se dedicar a conteúdos generalistas qualificados. Com a difusão do espectro

¹⁹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-mec> (acesso em 22/05/23)

²⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6301.htm (acesso em 22/05/23)

em frequência modulada, em 1983 é criada a Rádio MEC FM do Rio de Janeiro, especializada em música de concerto e instrumental.

A primeira grade de programação da MEC FM foi montada em 1985, dois anos depois da emissora ficar no ar em caráter experimental, com músicas aleatórias tocando ao longo do dia. A música clássica, que já era o carro-chefe no AM, desde os tempos da Rádio Sociedade, tinha agora sua emissora em estéreo. Programas históricos como Música e Músicos do Brasil, Som Infinito, Momento de Jazz e Ópera Completa fazem parte da grade até hoje. (Regotto in Del Bianco *et al*, 2017: 244)

Também em 1983, o MEC cria o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), coordenado pela TVE e responsável pela geração da programação das emissoras educativas (CPDOC/FGV)²¹. A sigla da FCBTVE passou a ser Funtevê e o Sinred evoluiu do Sinted, incorporando as estações de rádio com a finalidade de veicular conteúdos educativos. Para Valente (2008: 68), na prática, isso constituiu a primeira rede nacional de televisão pública, já que havia intercâmbio de programas entre as emissoras participantes.

Constituição Federal de 1988

Na década de 1980, o grande marco legal no Brasil é a promulgação da Constituição Federal de 1988, que prevê no artigo 223²² a complementaridade dos sistemas públicos, estatal e privado de radiodifusão. Segundo Pieranti (2018: 35), essa é a primeira referência ao termo comunicação pública em texto legal no país. Isso mostra que havia uma intercessão entre manifestação cultural, mesmo que intermediada pelos detentores dos veículos midiáticos, e a perspectiva do uso político das redes, não uma consciência politicamente estabelecida de uma comunicação pública institucionalizada.

²¹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tv-educativa-tve> (acesso em 22/05/23)

²² Constituição Federal, art. 223: Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Segundo Venício Lima (*in Ramos et al*, 2017), a Constituição previu como um direito de toda brasileira e todo brasileiro ser bem informada e informado, para sair do círculo vicioso midiático diante da concentração de meios vigente no Brasil, e ter a capacidade de formular sua própria opinião crítica.

No curso da Rádio MEC e da TVE, em 1990 a FCBTVE vira Fundação Roquette-Pinto, vinculada ao Ministério da Educação. De acordo com Valente (2009: 78), essa mudança inicia a desestruturação dos aparatos estatais de comunicação. Em 1998, a fundação dá lugar à Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp). Para Leal Filho (*in Carmona*, 2003: 82), a medida retirou entraves burocráticos da TVE, mas não aumentou a autonomia da emissora. Andrelo y Donini (*in Del Bianco et al*, 2017: 209) destacam que, a partir dos anos 1990, as produções da radiodifusão educativa abandonaram o foco de ensino formal em parceria com escolas para promover a cidadania e a cultura.

O viés educativo passou a ser de estímulo à cidadania, discussão sobre a área educacional, produções em conjunto com associações. Havia poucos programas que poderiam ser utilizados no âmbito escolar como complemento às atividades curriculares. (Andrelo y Donini *in Del Bianco et al*, 2017: 209)

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 2002, o jornalista Eugênio Bucci assume a presidência da Radiobrás e dá novo direcionamento à empresa para ter “foco no cidadão” e ir contra a cultura de que uma estatal com emissoras existe para defender o governo e preservar a imagem dos governantes (Bucci, 2008: 22). Essas mudanças condizem com o novo direcionamento do governo que tomou posse, voltando a produção da comunicação da empresa estatal para alcançar uma maior parcela da população, numa tentativa de viabilizar os princípios de comunicação pública.

EBC e a tentativa de consolidação da comunicação pública

Com o novo governo, as discussões na sociedade civil sobre a comunicação pública aumentaram, com eventos como o encontro O Desafio da TV Pública,

organizado pela TVE em 2003, e o I Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2007, que resultou no manifesto Carta de Brasília. O documento defende uma rede com independência editorial de mercados e governos, que estimule a formação crítica do cidadão, valorize a produção independente, regionalizada e expresse a diversidade de gênero, étnico-racial, de orientação sexual, regional e social do Brasil, sintonizados com os princípios internacionais da comunicação pública.

Em 10 de outubro de 2007, é publicada a Medida Provisória 398, convertida na Lei nº 11.652/2008²³, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo e cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A primeira diretora-presidente da nova empresa, a jornalista Tereza Cruvinel, lembra que o projeto enfrentou “muita incompreensão e resistência”, além de não ter tido força política para chegar a todo o país.

Hoje, vejo que a missão de criar a TV Pública não foi acompanhada de um passo importante, a garantia de canais para a nova emissora pelo menos em três capitais. A União, na verdade, só dispunha de três canais: um em Brasília, outro no Rio e um no Maranhão. Mas, aos trancos, contornamos este grande obstáculo. (Cruvinel *in* Paulino e Silva, 2013: 28)

A EBC foi criada incorporando os bens, serviços e funcionários da Radiobrás e da Acerp. Segundo Azevedo *et al* (2009: 45), “a visão por trás do modelo da EBC aproxima-se daquela que compreende a de mídia pública como um espaço democrático necessário entre o mercado e o Estado”. No dia 2 de dezembro de 2007 a TV Brasil entra no ar no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e São Luís, com 50 geradoras e mais de 700 retransmissoras pelo país. A programação unificou a TV Nacional de Brasília com a TVE do Rio de Janeiro. A transmissão é obrigatória nos pacotes básicos de TVs por assinatura e está disponível via antena parabólica.

A autonomia da EBC em relação ao governo federal seria garantida pelo mandato de quatro anos do diretor-presidente não coincidente com o do mandatário do

²³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm (acesso em 22/05/23)

país; pela Ouvidoria, encarregada de exercer a crítica interna da programação; e pelo Conselho Curador, formado por 22 membros, 15 deles da sociedade civil.

Para garantir alguma autonomia financeira, foi criada a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, com recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), pago pelas empresas do setor, mas que não chegam em sua totalidade à EBC devido a disputas judiciais e contingenciamentos por parte do governo. Na prática, a autonomia da empresa sempre foi prejudicada por ela depender do Erário, ser vinculada a órgãos do governo e ter a maioria do Conselho de Administração formada por membros do governo.

Apesar dessas dificuldades, princípios de comunicação pública estiveram presentes nos primeiros anos da EBC. A principal face da mudança foi a TV Brasil, uma das únicas TVs abertas com conteúdo infantil; uma das que mais exibem cinema nacional; veiculou novela e desenho animado só com personagens negros; ofertou jornal em libras, música clássica, debate sobre a mídia e artes da periferia. Teve bons índices de audiência com a Série C do Campeonato Brasileiro de Futebol e o Desfile das Campeãs do Carnaval carioca. Exemplos de programas que preconizam os princípios de diversidade de oferta, pluralidade de fontes, fomento ao pensamento crítico e complementariedade de conteúdos não ofertados por canais comerciais, caros à comunicação pública.

O primeiro ouvidor-geral da EBC, Laurindo Leal Filho (*in* Paulino e Silva, 2013: 46), afirma que a implantação da empresa foi “um salto histórico” para a comunicação brasileira. Como dificuldades, Tereza Cruvinel (*in* Ramos *et al*, 2017) destaca a concorrência consolidada e oposição ferrenha dos canais comerciais, bem como as restrições orçamentárias do setor público. Como coloca Mosco (2009: 98), tal oposição coaduna com a visão das elites nacionais, detentoras dos meios de comunicação e alinhadas às ferramentas de informação e entretenimento que os Estados Unidos começaram a implantar ainda durante a Segunda Guerra Mundial.

A troca de gestão não levou mudanças substanciais às rádios MEC AM e FM, que mantiveram na programação as suas essências anteriores à criação da EBC.

Crise política e desmonte

Em meio à crise política que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a EBC se viu entre tentativas de consolidação enquanto empresa de comunicação pública por um lado e de uso político de outro. Em agosto de 2015, o Conselho Curador reuniu no Seminário Modelo Institucional da EBC especialistas e a sociedade civil para discutir os rumos da empresa, no qual foram apresentadas propostas para aumentar a autonomia frente ao governo.

As disputas políticas no Brasil e na EBC se intensificaram em 2016 e, com a deposição de Dilma, aprovada em 31 de agosto, no dia 1º de setembro é editada a Medida Provisória 744, que desfigura o caráter público da EBC ao retirar o mandato do diretor-presidente e extinguir o Conselho Curador. Dezenas de pessoas que ocupavam funções comissionadas foram demitidas no mesmo dia e vários programas foram retirados do ar sem aviso aos espectadores e ouvintes, numa clara disputa de poder e narrativas dentro da empresa, com o governo demonstrando a força que tem para transformar, de uma hora para outra, toda a linha editorial e de programação das emissoras que deveriam ser públicas.

24

Na Rádio MEC AM foram retirados do ar os programas Ecos da Terra, que tratava de gênero e sustentabilidade; ZoaSom, voltado ao público jovem; e o infantil Estação Brincadeira, todos sob a alegação de falta de verba para renovação dos contratos (Baumworcel *in* Del Bianco *et al*, 2017: 214). Programas que contribuíam para diversificar os olhares e discursos, dando visibilidade a movimentos contra-hegemônicos nos meios de comunicação.

Ao repercutir essas informações e dialogar com diferentes atores sociais, esses programas da Rádio MEC AM irradiam ideias que auxiliam a construção de um novo modo de pensar, contribuindo para a defesa da cidadania. A questão continua sendo valorizar a interação com o ouvinte, mas no sentido de estimular a construção de práticas colaborativas de produção e circulação de ideias e informação, priorizando agendas de direitos da cidadania e de justiça social. (Baumworcel *in* Del Bianco *et al*, 2017: 224)

Com o governo do presidente Jair Bolsonaro, em 9 de abril de 2019 a portaria EBC 216 unificou as grades da TV Brasil e da TV NBR, acabando com a frágil separação que existia entre comunicação pública e comunicação de governo dentro da EBC. Em abril de 2021 a EBC foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND)²⁴ e nesse período se verificou o aumento da censura e interferência no jornalismo e nos programas da empresa, conforme denúncias feitas pelos trabalhadores e entidades sindicais em quatro dossiês²⁵.

Além disso, a MEC AM sofre a ameaça de ser fechada, já que não houve pedido de migração da emissora para o espectro FM e as transmissões em AM serão desligadas no Brasil a partir de 31 de dezembro de 2023, conforme prevê o Decreto nº 8.139 de 2013²⁶. Em resposta a pedido feito pela Lei de Acesso à Informação, via plataforma Fala.br, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) confirmou que não há nenhum processo tramitando na agência que verse sobre migração da Rádio MEC AM para a frequência FM²⁷. Já a EBC informou apenas que as emissoras AM “estão operando conforme licença da Anatel”, não respondendo sobre a potência dos transmissores nem sobre planos de migração para a FM.

- A MEC AM do Rio de Janeiro já está com seu sinal em streaming, via internet e, como todas as emissoras da EBC pode ser acessada no endereço www.radios.ebc.com.br.
- A EBC está atenta ao Decreto nº 8.139/2013 e tem atuado no reposicionamento na FM 2.0 (banda estendida).
- Não se pensa na extinção de emissoras de rádio na EBC. (EBC, via LAI²⁸)

²⁴ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.669-de-8-de-abril-de-2021-312834086> (acesso em 22/05/2023)

²⁵ Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/dossie-de-censura-e-governismo-na-ebc-trabalhadores-denunciam-pratica-sistematica-em-todos-os-veiculos/> (acesso em 22/05/2023)

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8139.htm (acesso em 22/05/2023)

²⁷ Pedido de Informação via Lei de Acesso à Informação (LAI) protocolo número 01217.002444/2022-21, cadastrado em 15 de março de 2022 e respondido em 28 de março de 2022. Acervo da autora.

²⁸ Pedido de Informação via Lei de Acesso à Informação (LAI) protocolo número 00112.000546/2022-17, cadastrado em 22 de fevereiro de 2022 e respondido em 14 de março de 2022. Acervo da autora.

Essas mudanças constantes nas emissoras públicas no Brasil corroboram com a análise feita por Del Bianco *et al* (2017: 29 e 30), de que é preciso enfrentar o passivo simbólico relacionado ao setor público da comunicação no país.

Existe um representativo déficit de imagem da mídia pública perante a audiência e que ainda não foi superado mesmo quando as emissoras tenham modificado a programação, procurando se pautar por princípios de diversidade e pluralidade. O público ainda não introjetou essa mudança porque há um lastro histórico de avaliações negativas que afastou a audiência. No imaginário coletivo emissora pública está associada à falta de qualidade e de autonomia com relação a instâncias de poder governamental. (Del Bianco *et al*, 2017: 29 e 30)

Outro problema enfrentado é a falta de pesquisa sobre a audiência nas frequências em AM, que sofrem com interferência nos centros urbanos, porém alcançam o interior a partir das capitais. Segundo pesquisa da Kantar Ibope Mídia (2022) 83% da população de 13 regiões metropolitanas brasileiras pesquisadas tem o hábito de ouvir rádio, um aumento de três pontos percentuais em relação ao ano anterior. Desse total, 80% dos ouvintes sintonizam as emissoras em aparelhos de rádio comuns, mas o levantamento aponta para o aumento da audição de rádio via internet, principalmente pelo telefone celular. A pesquisa não inclui nenhuma cidade da Região Norte. Entre as 28 rádios mais ouvidas em transmissão terrestre, segundo o levantamento da Kantar, a única AM que aparece na lista é a Jovem Pan, em 15º lugar. Na audição digital, a mesma rádio aparece em segundo lugar e a Rádio Itatiaia de Belo Horizonte fica em primeiro, emissora que é transmitida tanto em AM quanto em FM.

Enquanto não viabiliza uma solução para os ouvintes em AM, a EBC aposta na convergência tecnológica e disponibiliza o conteúdo, ao vivo ou sob demanda, on-line no site Rádios EBC²⁹ e pelo aplicativo para smartphones EBC Rádios. Em resposta a pedido de informação via plataforma Fala.br, a EBC informou que, desde o lançamento, em novembro de 2017, até março de 2022, um total de 86.560 usuários baixaram o aplicativo Rádios EBC, sendo 9.072 usuários nos últimos seis meses³⁰. A EBC não

²⁹ Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/> (acesso em 22/05/2023)

³⁰ Pedido de Informação via Lei de Acesso à Informação (LAI) protocolo número 00112.002915/2022-14, cadastrado em 10 de outubro de 2022 e respondido em 17 de novembro de 2022. Acervo da autora.

informou o número de internautas que ouviram as rádios EBC via app no período nem quais são os programas mais acessados.

Ao mesmo tempo, a EBC informou a gestores, em fevereiro de 2022, a intenção de desligar as emissoras AM até abril daquele ano e começou a diminuir a potência dos transmissores (Frente, 2022). Diante da ameaça, a sociedade civil, por meio da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (formada por entidades civis, pesquisadores e organizações dos trabalhadores da EBC), o Comitê em Defesa das Rádios MEC e Nacional, e a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), lançaram um manifesto em março de 2022, pedindo providências para a manutenção da emissora histórica, ao lado da também ameaçada Nacional AM do Rio de Janeiro, com as seguintes reivindicações:

- 1) Manter em operação com qualidade de áudio e potência as duas emissoras AM no Parque de Itaoca, em São Gonçalo, durante a migração plena para a faixa FM;
- 2) Migrar a Rádio MEC AM RJ para o dial FM do Rio de Janeiro, assim como foi feito com a Nacional, que está em caráter experimental na frequência estendida 87,1 FM;
- 3) Conceder canais FM no dial de municípios do Norte e do Sul fluminenses para suprir a necessidade dos ouvintes das rádios MEC AM e Nacional AM;
- 4) Aprovar na ALERJ os projetos de lei da Deputada Mônica Francisco (PSOL) e do Deputado Waldeck Carneiro (PSB) registrando as emissoras como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. (Frente, 2022).

O manifesto foi assinado por 47 entidades, mais de cem artistas, personalidades e políticos e cerca de 180 ouvintes³¹, além de receber um vídeo de apoio enviado pela atriz e imortal da Academia Brasileira de Letras Fernanda Montenegro³², que iniciou sua carreira artística na emissora. Os projetos que propõem a inscrição da Rádio MEC e da Rádio Nacional como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, “visando a proteção contra o seu desligamento, bem como a valorização e o fomento da prática e dos saberes por ela desenvolvidos” foi apresentado em fevereiro de

³¹ Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/manifesto-radio-mec-e-nacional/> (acesso em 22/05/23)

³² Disponível em: https://twitter.com/Glauber_Braga/status/1507467219076268037 (acesso em 22/05/23)

2022 pela deputada Mônica Francisco e posteriormente assinado em conjunto pelo deputado Waldeck Carneiro.

No dia 25 de março a Alerj promoveu uma Audiência Pública para debater a questão, mas representantes da direção da EBC não compareceram³³. O projeto de tombamento da Rádio MEC foi aprovado em primeiro turno no dia 30 de março e em segundo turno no dia 5 de abril³⁴, mas o governador Cláudio Castro vetou o texto no dia 4 de maio, com o argumento de que a proposta não foi discutida com as entidades culturais do estado e que o tombamento não impediria o desligamento por parte da União, caso fosse essa a vontade do Executivo Federal. A sociedade civil reagiu com notas de apoio ao projeto, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)³⁵; a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)³⁶ e grupos acadêmicos de pesquisa³⁷. Por fim, a Alerj derrubou o veto do governador no dia 29 de junho e promulgou a Lei nº 9.771/2022, que declara a Rádio MEC como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro no dia 5 de julho³⁸.

Perspectiva

28

Passada a eleição de 2022, a EBC foi excluída do PND. O anúncio foi feito já no dia 1º de janeiro de 2023, durante a posse do presidente Lula, quando ele assinou despacho para que os ministros encaminhem proposta para retirar de programas de

³³ Disponível em:

<https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/52790?AspxAutoDetectCookieSupport=1> (acesso em 22/05/23)

³⁴ Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/06/assembleia-do-rj-aprova-projeto-que-torna-radio-mec-patrimonio-historico-e-cultural-imaterial> (acesso em 28/11/22)

³⁵ Disponível em

<https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/1600311773665567/> (acesso em 28/11/22)

³⁶ Disponível em <https://ouvidoriacidadaebc.org/abi-pede-tombamento-da-radio-mec-e-da-radio-nacional/> (acesso em 28/11/22)

³⁷ Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/grupos-de-pesquisa-pedem-migracao-das-radios-mec-e-nacional-para-fm/> (acesso em 28/11/22)

³⁸ Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/53967> (acesso em 28/11/22)

desestatização empresas públicas como Petrobras, Correios e EBC. A confirmação veio no dia 6 de abril, com a publicação do Decreto nº 11.478³⁹.

Por ocasião do centenário da Rádio MEC, comemorado no dia 20 de abril de 2023, a nova direção da EBC anunciou uma renovação na programação e a intenção de digitalizar o acervo, bem como a de solicitar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o tombamento da rádio como patrimônio imaterial brasileiro⁴⁰.

Em meados de 2023, não se fala mais em fechar emissoras da EBC, mas ainda não foi apresentada proposta para a migração da Rádio MEC para o dial FM, com a iminência do encerramento das transmissões em AM para o fim do ano.

Conclusão

Ao percorrer a história da Rádio MEC, entremeada com o da Empresa Brasil de Comunicação, verifica-se uma miscelânea de conceitos e projetos que guiaram a comunicação de serviço público nesse um século de radiodifusão pública no país. Com um modelo comercial implantado desde o início, apesar da proposta educativa da pioneira Rádio Sociedade, falta no Brasil, até hoje, um entendimento sobre a comunicação pública. A falta de projeto para o setor é verificada nas constantes mudanças na legislação e direcionamento dos veículos no decorrer dos tempos e ao sabor dos governos que vão e vêm. Apesar de apresentar alguma constância na programação da Rádio MEC, as mudanças ocorridas na EBC nos últimos anos também interferiram, em algum grau, nos veículos públicos.

Com a mudança do projeto educacional do governo, a finalidade educativa da Rádio MEC foi direcionada para o fomento à cultura e à cidadania, mas observamos que intervenções autoritárias ao longo dos anos também interferiram na produção e

³⁹ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.478-de-6-de-abril-de-2023-475785730> (acesso em 22/05/23)

⁴⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/radio-mec-quer-resgatar-protagonismo-com-mais-recursos-e-inovacao> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/radio-mec-celebra-100-anos-e-anuncia-programacao-especial> (acesso em 22/05/23)

veiculação de conteúdos culturais e de diversidade. A história da emissora revela biografias de personagens destacados do Brasil em diversos campos, com muito material preservado em acervo.

A programação atual da MEC AM (anexo 1) é voltada para a cultura brasileira, abrangendo a diversidade musical, literatura, cinema, dramaturgia e as artes como um todo. Em 2019 estreou o programa Rádio Sociedade, em homenagem ao primeiro nome da emissora, que, além de apresentar temas atuais e diversos, traz o quadro Rádio Memória Acervo MEC, com a participação da equipe de pesquisadores do acervo da EBC. Nesse sentido, outra forma que a emissora aproveita o rico acervo é no programa Memória Rádio MEC⁴¹.

A criação da Rádio MEC FM, com programação focada em música de concerto, demonstra a relevância das rádios públicas para atender parcelas da população não atendidas pelas emissoras comerciais. Uma das atrações é o Ópera Completa, o programa mais antigo do rádio brasileiro, no ar desde 1923 na Rádio Sociedade. Outro destaque é o Blim-Blem-Blom, que apresenta de forma lúdica e bem-humorada o universo da música clássica como uma radionovela infanto-juvenil. A emissora supre a lacuna que existe na divulgação do repertório sinfônico no país, priorizando a música brasileira de concerto e a música popular contemporânea, inclusive fomentando a cena por meio do Festival de Música da Rádio MEC⁴². A grade de programação da MEC FM encontra-se no anexo 2.

Apesar de o novo governo ter afastado a possibilidade de extinção da EBC, ainda faltam alguns passos para que a empresa possa retomar as melhores práticas da comunicação pública no Brasil. A principal é a retomada do Conselho Curador ou algum órgão de participação social, para que a sociedade possa se ver representada e tenha seus interesses refletidos na programação e jornalismo dos veículos e agências de

⁴¹ Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/memoria-radio-mec> (acesso em 22/05/2023)

⁴² Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/festivalradiomec> (acesso 22/05/2023)

notícias da EBC. A promessa foi feita durante o governo de transição e a necessidade foi expressa no relatório setorial da comunicação⁴³.

A EBC tem o potencial de ser uma estrutura de expressão voltada para as necessidades de educação, autoconhecimento e desenvolvimento sociocultural, notadamente em um país de dimensões continentais como o Brasil. A Rádio MEC é exemplo dessa importância.

Referências

AZEVEDO, Flávia; RODRIGUES, Diogo Moyses; SILVA, Sivaldo Pereira; VALENTE, Jonas. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**. São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009. (Coleção Comunicação).

BRASIL. **Decreto nº 20.047**, de 27 de maio de 1931. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Rio de Janeiro: Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1931.

BRASIL. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.073**, de 8 de março de 1940. Incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e as empresas a ela filiadas. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940.

BRASIL. **Decreto nº 49.259**, de 17 de novembro de 1960. Institui a Campanha de Radiodifusão Educativa. Brasília: Presidência da República, 1960.

BRASIL. **Decreto nº 49.913**, de 12 de janeiro de 1961. Cria, junto ao Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura, a Orquestra Sinfônica Nacional (O.S.N.). Brasília: Presidência da República, 1961.

BRASIL. **Lei nº 4.117**, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Brasília: Presidência da República, 1962.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 236**, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Brasília: Presidência da República, 1967.

BRASIL. **Lei nº 6.301**, de 15 de dezembro de 1975. Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão. Brasília: Presidência da República, 1975.

⁴³ Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/gt-de-comunicacao-social-pede-a-retomada-do-conselho-curador-da-ebc/> (acesso em 22/05/2023)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. **Medida provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Conversão da MP 398; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013**. Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências: Presidência da República, 2013.

BRASIL. **Medida provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016**. Altera a Lei nº 11.652. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 10.669, de 8 de abril de 2021**. Dispõe sobre a inclusão da Empresa Brasil de Comunicação no Programa Nacional de Desestatização. Brasília: Presidência da República, 2021.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas**. Série Debates CI nº10. Brasil: Representação da Unesco, junho de 2012.

CARMONA, Beth (Organização). **O desafio da TV Pública**. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

CARTA DE BRASÍLIA. **Manifesto pela TV Pública independente e democrática**. I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília: 11 mai. 2007. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/manifesto-pela-tv-publica-independente-e-democratica/>. Acesso em 22/05/2023.

COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC. **IV Dossiê da Censura e Governismo da EBC**. Brasil, 31 ago. 2022. Disponível em <https://ouvidoriacidadaebc.org/dossie-de-censura-e-governismo-na-ebc-trabalhadores-denunciam-pratica-sistematica-em-todos-os-veiculos/>. Acesso em 22/05/2023.

DEL BIANCO, Nélia; KLÖKNER, Luciano; FERRARETTO, Luiz Artur (org). **80 anos das rádios Nacional e MEC**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

EBC. **Portaria-Presidente nº 216, de 09 de abril de 2019**. Dispõe sobre a programação televisiva da EBC. Brasília: Diretoria-executiva, 2019.

FERRARETO, L. A. (2021). “Por que o rádio brasileiro começou em Recife”. **Revista Famaecos**, v.28. Porto Alegre.

FRENTE EM DEFESA DA EBC E DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA. **Rádio MEC e Rádio Nacional são patrimônios da sociedade brasileira e não podem ser desligadas.** Brasil: Ouvidoria Cidadã da EBC, 3 de março de 2022. Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/manifesto-radio-mec-e-nacional/>. Acesso em 22/05/2023

KANTAR IBOPE MÍDIA. **Inside Radio 2022.** Brasil: Kantar Ibope, 2022.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX.* Salvador: EDUFBA, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo.** 1ª edición. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MENDEL, Toby. **Serviço público de radiodifusão.** Brasília: UNESCO, 2011.

MILANEZ, Liana (org.). **Rádio MEC herança de um sonho.** Rio de Janeiro: Acerp, 2007.

MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication.** 2nd Edition. London: Sage, 2009. E-book.

PAULINO, Fernando Oliveira; SILVA, Luiz Martins da (Organizadores). **Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PIERANTI, Octavio Penna. **A radiodifusão pública resiste.** Brasília: FAC Livros, 2018.

RAMOS, Murilo Cesar et al (organizadores). **Em defesa da comunicação pública.** Brasília: FAC Livros, 2017. E-book.

THOMÉ, Cláudia. “A memória nas crônicas de Bandeira e Drummond veiculadas no programa Quadrante da Rádio MEC”. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora**, 2013.

VALENTE, Jonas. **A TV Pública no Brasil. 2009.** 208 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, 2009.

ZUCULOTO, Valci. **A programação das rádios públicas brasileiras.** Florianópolis: Ed. Insular, 2012.

ZUCULOTO, Valci. “A história do Rádio Público no Brasil: um resgate pela linha do tempo”. Intercom. **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife, 2 a 6 de setembro de 2011.

ANEXO 1

Grade de programação da Rádio MEC AM

Horário	Domingo	Segunda	Terça a sexta-feira	Sábado
00:00	Arte Clube	Arte Clube	Arte Clube	Arte Clube
01:00	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC
02:00	Clássicos na Madrugada	Circular Brasil	Jazz Livre!	Jazz Livre!
03:00		Baú Musical	Armazém Cultural	Armazém Cultural
04:00	Acervo Rádio MEC	Bossamoderna		
05:00	Jazz Livre!	Cena Instrumental		
06:00	Brasis	Brasis	Brasis	Brasis
06:45	Ginástica!	Ginástica!	Ginástica!	Ginástica!
07:00	Na Trilha da História	Rádio Sociedade	Rádio Sociedade	Na Trilha da História
07:30		Manhã MEC	Manhã MEC	
08:00	Rádio Animada			Rádio Animada
09:00				
10:00	Manhã MEC			Manhã MEC
11:00				
12:00	Arte Clube	Arte Clube	Arte Clube	Arte Clube
13:00	Mistura Brasileira	Mistura Brasileira	Mistura Brasileira	Mistura Brasileira
14:00		Armazém Cultural	Armazém Cultural	
15:00	Acervo Rádio MEC			Acervo Rádio MEC
16:00	Baú Musical			Baú Musical
17:00	Cena Instrumental			Circular Brasil
18:00	Roda de Choro	Antena MEC	Antena MEC	Roda de Choro
19:00	Música e Músicos do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	Partituras
20:00	Rádio Batuta	Noturno	Noturno	Harmonia
21:00	Circular Brasil	Jazz Livre!	Jazz Livre!	Jazz Livre!
22:00	Especiais Rádio MEC	Trilhas da Noite	Trilhas da Noite	Especiais Rádio MEC
23:00	Na Trilha da História			Alma Blues

Fonte: <https://radios.ebc.com.br/programacao?emissora=radio-mec-am---rio-de-janeiro> (Acesso em 22/05/2023) – Elaboração da autora

ANEXO 2

Grade de programação da Rádio MEC FM

Horário	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
00:00	Jazz Livre!	Concertos	Plateia	Partituras	Sala de	Harmonia	Jazz Livre!

		OESP			Concerto		
01:00	Acervo Rádio MEC			Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC
02:00	Clássicos na Madrugada	Clássicos na Madrugada	Clássicos na Madrugada	Clássicos na Madrugada	Clássicos na Madrugada	Clássicos na Madrugada	Clássicos na Madrugada
04:00	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC	Acervo Rádio MEC
05:00	Jazz Livre!	Jazz Livre!	Jazz Livre!	Jazz Livre!	Jazz Livre!	Jazz Livre!	Jazz Livre!
06:00	Áurea Música	Áurea Música	Áurea Música	Áurea Música	Áurea Música	Áurea Música	Áurea Música
07:00	Som Infinito	Manhã MEC FM					
09:00	Concerto de Domingo						
12:00	Especiais Rádio MEC	Concerto MEC	Concerto MEC	Concerto MEC	Concerto MEC	Concerto MEC	Blim-Blem-Blom
13:00	Clássicos do Ouvinte	Clássicos do Ouvinte	Clássicos do Ouvinte	Clássicos do Ouvinte	Clássicos do Ouvinte	Clássicos do Ouvinte	Clássicos do Ouvinte
14:00		Grandes Clássicos					
14:30	Caderno de Música						Caderno de Música
15:00	Ópera Completa						Concertos OESP
17:00						Sala de Concerto	Plateia
18:00	Roda de Choro	Antena MEC					
19:00	Música e Músicos do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	Música e Músicos do Brasil
20:00	Rádio Batuta	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Harmonia
21:00	Circular Brasil	Jazz Livre!					
22:00	Especiais Rádio MEC	Roda de Choro	Rádio Batuta	Concertos UFRJ	Circular Brasil	Especiais Rádio MEC	Especiais Rádio MEC
23:00	Na Trilha da História	Memória Rádio MEC	Alma Blues				

Fonte: <https://radios.ebc.com.br/programacao?emissora=radio-mec-fm---rio-de-janeiro> (Acesso em 22/05/2023) – Elaboração da autora

APÊNDICE 1: Linha do tempo Rádio MEC

